



UFRJ

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Serviço Social

Feminismo iraniano e a autocracia no Irã após 1979:

Uma análise entre o feminismo do cotidiano

pré e pós Revolução Islâmica

Discente: Vitória de Azevedo Maciel Pinto de Arruda

Orientador: Professor Dr. Rogério Lustosa Bastos

Rio de Janeiro

2021

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Vitória de Azevedo Maciel Pinto de Arruda

Feminismo iraniano e a autocracia no Irã após 1979

Uma análise entre o feminismo do cotidiano
uma análise pré e pós Revolução Islâmica

Trabalho apresentado à banca examinadora da
Universidade Federal do Rio de Janeiro como
requisito para a obtenção do título de bacharel em
Serviço Social.

Orientador: Professor Dr. Rogério Lustosa Bastos

Rio de Janeiro

2021

Vitória de Azevedo Maciel Pinto de Arruda

Feminismo iraniano e a autocracia no Irã após 1979

Uma análise entre o feminismo do cotidiano

uma análise pré e pós Revolução Islâmica

Relatório final, apresentado à Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte das exigências para a obtenção da aprovação no Trabalho de Conclusão de Curso, no curso de Serviço Social.

Rio de Janeiro, 25 de Setembro de 2021

Banca Avaliadora

Professor Dr. Rogério Lustosa Bastos

(Presidente)

Professora Dra. Joana Angélica Barbosa Garcia

Professora Dra. Carla Cecília Campos Ferreira

Dedico meu trabalho à luta de todas as mulheres do planeta por seu direito de existir e por seu poder de escolha.

AGRADECIMENTO

Gostaria de agradecer primeiramente aos meus pais, pois foram meus maiores incentivadores, desde meu nascimento, a buscar e conquistar meus sonhos e a acreditar que tudo que eu quisesse seria possível alcançar. Também por sempre me ensinarem a importância do estudo e, conseqüentemente, investirem o possível e o impossível para eu sempre ter acesso a um ensino de qualidade. Se eles não tivessem acreditado em mim, eu não estaria, hoje, finalizando um trabalho de conclusão de curso, assim como uma graduação na instituição que sempre sonhei em estudar.

Gostaria de agradecer imensamente a todos os professores que fizeram parte da minha vida acadêmica desde o ensino fundamental, aulas particulares, assim como na Universidade, sempre acreditando e confiando no meu potencial como estudante e futura profissional. Também sou muito grata e feliz pelas amizades que conquistei no Serviço Social e agradecerei igualmente à Jeanne e Suzane, que sempre me mantiveram firme nos piores momentos que passei nesses últimos anos, além da minha melhor amiga de vida, Carolina que sempre acreditou em mim e me apoiou.

Por fim, gostaria de fazer um agradecimento especial para meu orientador Rogério Lustosa Bastos, que desde o princípio das orientações foi paciente e empático comigo e me apoiou acadêmica e emocionalmente frente a dificuldades no tcc e algumas na minha vida privada, as quais interferiam no meu progresso.

Resumo: Este trabalho propõe discutir a evolução do movimento feminista iraniano entre o período da Dinastia Pahlav até a Revolução Iraniana, de acordo com os desdobramentos históricos no país, ao longo das décadas. A pesquisa possui relevância na desconstrução do feminismo ocidental, frente ao movimento no Oriente Médio, com demandas e contextos diferenciados. Desta forma, é imprescindível alinhar o desenvolvimento do trabalho com a vertente Decolonial, juntamente à ideia do feminismo no cotidiano. Foi utilizada como metodologia de pesquisa, a avaliação bibliográfica.

Palavras chave: Feminismo, Revolução Islâmica, Direito das mulheres

SUMÁRIO

Introdução	8
Capítulo 1: O Feminismo no Irã e a Globalização	10
1.1 Contexto Histórico e Imperialismo	10
1.2 Origem e contextualização histórica do Hijab	19
1.3 Cultura e Feminismo no Irã	22
Capítulo 2: A questão do feminismo e a cultura afirmativa globalizada: entre a “mulher sujeito” e a “mulher assujeitada”	32
Conclusão	44
Referências Bibliográficas	47

INTRODUÇÃO

A situação das mulheres e a trajetória do movimento feminista iraniano é bastante paradoxal frente à história e à cultura do país. Em meio a uma política quase sempre populista, as iranianas sempre atuaram a favor de seus direitos através de brechas e esta organização se dá até os dias de hoje, junto a novas estratégias e a um grande avanço do movimento, graças à expansão dos processos de globalização, permitindo a expansão do ativismo transnacional e novas tecnologias de comunicação, como as redes sociais. Em contrapartida, a política do país sempre se estabeleceu de modo estrategista e compensatório para com o direito feminino, tendo uma ruptura marcada pela Revolução Islâmica de 1979, quando é estabelecida a lei Shariah, fundamentada de acordo com os costumes islâmicos e o Alcorão, em um cenário de regime rígido e teocrático.

Tem ocorrido uma intensificação dos movimentos pelos direitos humanos nas últimas três décadas, que buscam disseminar conhecimento e informação, a fim de alcançar uma sociedade mais igualitária. Este trabalho visa, em primeira parte, analisar a relevância do contexto histórico do Irã para compreender como a cultura e a política influenciaram desde cedo na vida das mulheres, observando as distinções na condução dos regimes e a forma como a sociedade estabelece limitações a este grupo sob os contextos pré e pós-revolução Islâmica, assim como delimitar as mudanças e transformações para o movimento nessas diferentes épocas.

Em um panorama mais aprofundado, o trabalho busca refletir o real motivo para que mulheres iranianas, mesmo com tantos avanços sociais no mundo, ainda assim se encontrem em uma situação de restrições legalizadas e como uma sociedade patriarcal interfere diretamente na luta feminina. Também tem o objetivo de desenvolver uma crítica acerca das contradições e interferências dos conceitos feministas ocidentais sobre o movimento no Irã e no Oriente Médio como um todo e como o imperialismo se apropriou desses discursos para realizar atividades colonizadoras no país, alegando se tratar de um local sem direitos humanos e não detentora de racionalidade, devido ao cotidiano estar intensamente atrelado à religião Islâmica.

Utilizei a pesquisa etnográfica para buscar compreender, de forma empírica, como esse grupo de mulheres, tão distantes da realidade de uma mulher brasileira, vivem em um país teocrático com regras firmes, tendo bases no estudo bibliográfico e na pesquisa icnográfica, a qual possui uma funcionalidade bastante eficaz e particular para identificar e realizar uma exposição da história e da realidade de um povo, no caso, a sociedade iraniana.

A curiosidade e o interesse acerca do Oriente Médio, assim como o desenvolvimento do movimento feminista em sociedades mais restritas e fechadas foram os pontos principais para que essa pesquisa fosse iniciada. A forma como nós mulheres ocidentais lidamos com o desconhecido, ou seja, culturas distintas das nossas, é extremamente excludente e até mesmo violento, por assumirmos, muitas vezes, uma postura de negação da possibilidade de modos diferentes de vida. Logo, o intuito da pesquisa é trazer uma perspectiva do feminismo no cotidiano e decolonial, predominante na América Latina, para analisar a realidade das mulheres iranianas. Acredito que, por sermos mulheres pertencentes a um país tão miscigenado e com uma história tão forte em nossas lutas, podemos e devemos desenvolver um pensamento mais estruturado a respeito do contexto de vida dos movimentos feministas no Oriente Médio, assim como não olhar com estranhamento suas demandas, seus costumes e suas crenças.

Acredito na importância da integração e do aprofundamento em culturas e práticas de outros povos por parte da área do Serviço Social brasileiro. Logo, considero de suma importância a introdução de debates acerca de sociedades muçulmanas para fim de nos apropriarmos do conhecimento da luta feminista no Oriente médio, assim como para adquirirmos maior habilidade ao lidar com possíveis usuárias estrangeiras em situações da atuação do Serviço Social. Além disso, há uma relevância do entendimento de sociedades, as quais utilizam a religião, não apenas como uma crença de fé, mas sim um estilo de vida, junto a um conjunto de leis, como a Shariah, pois a área de formação possui um forte Código de Ética, o qual defende a laicização da atuação profissional por parte dos assistentes sociais, sendo assim, um cenário contrastante e interessante de ser trabalhado.

Portanto, a escolha desse tema se deu por um forte desejo interno de me aprofundar cada vez mais na cultura do Oriente Médio, mas também, unir esses

conhecimentos a debates importantes na área do Serviço Social. A questão das mulheres é algo que trabalhamos muito durante a graduação e compreender diferentes modelos de lutas e de demandas ao redor do mundo é essencial para que o movimento feminista cresça em um âmbito geral.

Capítulo 1:

O Feminismo no Irã e a Globalização

1.1 Contexto Histórico e Imperialismo¹

O Irã trata-se, hoje, de uma nação independente econômica e politicamente, porém que vive sob um regime totalitário e teocrático. Possui um peculiar destaque econômico no mundo, assim como principal riqueza mineral o petróleo, ansiado por todas as grandes potências e, desta forma, fazendo parte de um mercado internacional abrangente e competitivo, cercado de diversos interesses comerciais e de dominação.

Até o ano de 1923, o território do Irã pertencia ao Império Otomano, que teve seu fim após 624 anos de existência e forte poder, devido à Primeira Guerra Mundial. Assim, em 1925, Reza Khan, até então Ministro da Guerra, deu um golpe militar no atual governo e instaurou um regime antidemocrático. Durante o tempo que esteve no poder, construiu sua dinastia, conhecida como o período de Pahlavi. Seu governo era pautado na secularização, modernização e na ocidentalização, visando a independência Persa.

Reza Xá Pahlavi tinha como modelo Kemal Atatürk, conhecido como fundador da Turquia moderna e, naquela época, o presidente turco (ver: Imagem 1). O Xá, portanto, buscou adaptar sua política voltada ao exemplo de adoção turca a um modelo de código civil baseado em alguns países europeus. Além disso, visava modernizar o sistema educacional, o isolando do âmbito religioso e coibir, assim, extinguindo o uso de vestimentas típicas para ambos os sexos. A forte busca pela extinção da presença de traços religiosos no cotidiano da sociedade iraniana e nas instituições públicas, foi um fator que afetou a geopolítica do país, a partir do âmbito do comércio exterior com os países ao seu redor. Além disso, fortaleceu bases de relação imperialista com países europeus, e principalmente, com os Estados Unidos.

¹ Este capítulo foi escrito baseado principalmente nas seguintes obras: FULHANO (2020), Clclarno (1999), SANTO, Murillo; BALDASSO, Tiago (2017), GIL, Rafaela (2019) NAYEREH, Tohidi (2016).



Imagem 1: Reza Xá Pahlavi e Kemal Atatürk se conhecendo pela primeira vez em 1934, Istambul, Turquia.

Em sua política, o Xá buscou estabelecer um “feminismo de Estado”, abrindo espaço aos poucos à determinadas demandas das mulheres e criando até mesmo programas que aparentavam quebrar paradigmas e incluí-las em espaços antes não ocupados, como por exemplo o programa “Despertar da Mulher”, o qual incentivava a participação e a presença das mesmas na política, na economia, no esporte e nas universidades. Porém, isso tudo ocorria de forma limitada. Se baseava, basicamente, em uma tática populista, de forma a agradar e aproximar este grupo social que, a cada vez mais, se unia e se engajava a respeito da política e de seus próprios direitos.

Devido ao receio de ser utilizado como base logística norte-americana, o Irã se declarou neutro durante o período da Segunda Guerra Mundial. Contudo, este posicionamento foi decisivo para a saída de Reza Pahlavi do poder. Em 1941, tropas soviéticas e da Grã-bretanha invadiram o território persa, visando a proteção de suas fontes de combustíveis e de suprimentos vitais, considerando que grande parte do petróleo existente no Golfo Pérsico, pertence ao país, pois

banha o sul de sua costa. A neutralidade trouxe tensão externa com as duas potências europeias, o que acarretou uma abdicação forçada a favor de seu filho Mohammed Reza e, logo após, saiu do país forçado pelos Aliados.

Após a Segunda Guerra Mundial, o movimento do Fronte Nacional ganhou bastante espaço no país. Este consistia em um grupo político de cunho nacionalista e rival ao governo do Xá. Uma grande figura de confronto a Reza Pahlavi e ao imperialismo tinha o nome de Mohammed Mossadegh. Durante as eleições de 1947, este denunciou fraudes e conseguiu aprovar em 1951 a lei da nacionalização da produção de petróleo, o popularizando no meio político e social. Esta lei acabou por atingir principalmente a companhia britânica Anglo-Persian Oil Company – atualmente conhecida como British Petroleum, que estava presente no território desde o início do século. Assim como esta, diversas outras companhias foram expulsas do Irã. Gerou-se uma crise diplomática com a Grã-bretanha e com os Estados Unidos devido à tentativa de nacionalizar o petróleo, assim, se posicionando contrariamente às relações imperialistas, ainda existentes com as potências. Em 1943 Irã se tornou independente após a Conferência de Teerã, a qual também demarcou as fronteiras do país.

O resultado das votações em 1951 foi surpreendente, ou seja, elegeu Mohammed Mossadegh como novo primeiro-ministro. Até os dias de hoje ele é considerado a personalidade preferida dos iranianos, por sua política íntegra, democrática, progressista, nacionalista e conhecida com o caráter de “equilíbrio negativo”, a qual lutava intensamente pela independência e liberdade do país. Se posicionou a todo momento à oposição da dominação britânica, devido às instalações petrolíferas e às concessões de petróleo aos soviéticos. No entanto, a mesma, observando uma grande ameaça à dominação sobre o Oriente Médio, orquestrou planificações visando o declínio de Mossadegh, a partir de um golpe bem elaborado. Deste modo, o serviço secreto britânico, juntamente com a CIA, se organizou realizando bloqueios econômicos, ameaças militares e, até mesmo, manipulações indiretas e diretas ao Xá Mohammed Reza, ao partido pró-soviético do Irã – Tudeh – e à hierarquia religiosa parlamentar. O primeiro-ministro, de fato, não revidou, apenas resistindo de forma pacífica até seu limite, atingindo apenas o tempo de dois anos no poder. Em 1953 foi condenado à prisão domiciliar até o fim de sua vida, portanto, sofrendo um golpe político,

evento este, considerado uma tragédia para todo o país e, assim, sendo mais um fator que contribuiu para a eclosão da Revolução de 1979.

Após esse recente golpe, o Xá Mohammed Reza fora reconduzido ao poder, o ampliando de modo a fortalecer e expandir um regime autoritário, ditatorial e secular. Neste período, paradoxalmente, ocorreu um aceleração progressivo no processo de modernização e ocidentalização. Como forma de reforçar sua política de caráter opressor, elaborou uma força que se tornou a polícia secreta e que atuava como serviço de inteligência e de segurança interna do país, chamava-se Sāzemān-e Ettlā'āt va Amniyat-e Keshvar - SAVAK. Este “serviço” protagonizou grandes embates contra as incontáveis manifestações populares de oposição ao governo, durante todos seus anos de existência e atuação.

As relações entre o Irã e os Estados Unidos foram delimitadas estritamente e de forma controversa. Com isso, durante seu mandato, o Xá estabeleceu um acordo de troca, o qual forneceria continuamente hidrocarbonetos, recebendo como pagamento aproximadamente 1 bilhão de dólares, além de diversos equipamentos e treinamento militar para seu exército. A proposta de governo do Xá era de se tornar uma grande potência mundial e estar à frente entre os países do Oriente Médio econômica, política e militarmente. Os Estados Unidos, por outro lado, passaram a enxergar o Irã como um aliado e uma frente de combate à ampliação e ao desenvolvimento do comunismo e da União Soviética.

Visando um crescimento e um progresso do país, Reza Pahlavi desenvolveu uma série de reformas em 1963, as quais ficaram conhecidas como “Revolução Branca”, nome dado pelo fato de terem sido realizadas sem a existência de lutas ou derramamento de sangue. Essas políticas consistiam basicamente em uma modernização política – implementou uma medida inovadora, onde havia uma redistribuição dos lucros aos trabalhadores –, iniciou e avançou um processo de industrialização, junto à diversas obras de infraestrutura, investiu bastante na saúde e educação, assim como em uma nacionalização de empresas e terras, estas implementadas por uma reforma agrária. A última gerou uma forte oposição dos clérigos, por conta de possuírem

terras, o que acabou por culminar em um posicionamento anti-governo, que auxiliou como base política, mais para frente, na Revolução de 1979.

A realidade da família real iraniana, de fato, era intensamente contrastante à grande massa. Nesta época, mesmo com as reformas, a maior parte da população carecia de serviços básicos, como eletricidade, saneamento e alimentação. Os direitos trabalhistas não supriam à todas as necessidades da população, assim com os salários. Simultaneamente, o xá chegou a gastar o valor de US\$ 300 milhões em um banquete de comemoração dos 2500 anos da fundação do Império Persa, evento este, que durou três dias. A antítese social causou, portanto, uma constante insatisfação e um sentimento único de revolta e revolução. Descontentes com o cenário atual, diversas pessoas de grupos, partidos, religiões e movimentos distintos, até mesmo opostos, se uniram em prol de uma luta contra o governo violento, repressor, corrupto e excludente, que apenas beneficiava a elite iraniana. Foram elaboradas greves e manifestações em diversas cidades e muitas foram reprimidas pela própria SAVAK. Sob esta perspectiva, os religiosos também utilizaram desse cenário para promover o Islamismo e difundir seus ideais, além de criticarem o forte processo de ocidentalização e a influência estrangeira. Indicaram, assim, o xá como inimigo do Islã, considerando que ele possuía políticas e medidas que reduziam demasiadamente a influência religiosa no governo.

Em união ao fortalecimento do Islã, o Aiatolá Ruhollah Khomeini recebeu bastante apoio dos diversos nichos revolucionários e opositores ao governo. Khomeini fora exilado no Iraque em 1964 por se posicionar contrariamente ao Xá. Durante os anos posteriores, se dedicou a articular uma grande campanha contra o regime de monarquia, resultando em incontáveis manifestações, aqui já citadas, as quais foram forte e violentamente reprimidas. No entanto, devido à enorme aderência da população ao movimento, obteve êxito, levando ao Xá Reza Pahlevi a abandonar o Irã em janeiro de 1979. Em fevereiro do mesmo ano, Khomeini retornou ao país em meio à uma desordem política. Era fato que a Revolução, denominada e reconhecida como islâmica, beneficiou principalmente o clero e as pessoas pertencentes a aquele grupo e à religião propriamente. Desta forma, os clérigos eram vistos como as figuras mais confiáveis e seguras naquele momento para conduzir a política no país. Foi

realizado, então, um referendo que consistia no voto popular para que fosse determinado o modelo de política que deveria, assim em diante, ser adotado no Irã e, portanto, entre um regime monárquico e uma República Islâmica, a segunda opção obteve vitória com surpreendentes 99% votos. (MÜLLER, 2018)

O novo regime político trouxe reformas drásticas tanto na política, na sociedade como também na economia e na justiça. A legislação islâmica adotou como modelo, a Shariah, palavra, a qual, significa “o caminho correto”, “guia”. Ela está retratada no livro sagrado, o Corão, como um conjunto de revelações realizadas por Allah através do anjo Gabriel ao profeta Maomé (Muhammad), apresentando um conjunto de leis que envolvem diversas questões, sendo comunitárias, públicas e privadas e são divididas em duas partes. A primeira parte refere-se à doutrina e à moralidade, enquanto a segunda trata das ações externas relativas a Allah, simultaneamente às leis civil, criminal e administrativa.

Dentro da Shariah, há a sunna, a qual deve ser aceita como base secundária do direito. Ela deriva da perspectiva de que Maomé não se configurava apenas como um transmissor da palavra sagrada, mas também possuía uma conduta correta em sua trajetória de vida, o que acabou por se transformar em um modelo a ser seguido pelos muçulmanos. Desta forma, a sunna representa este modo de vida, esta caracterização de conduta durante a existência, a qual, a partir da República Islâmica, se tornou uma base legislativa a ser cumprida na justiça e no cotidiano, imerso à sociedade.

Para acompanhar o novo modelo de governo, no mesmo ano da Revolução, em 1979, foi elaborada a nova Constituição nacional. Esta, baseada na Shariah, declarou ao mundo um novo Irã, agora, nacionalista e antagonista à Dinastia Pahlavi, a qual pautava os parâmetros de acordo com as grandes potências ocidentais, além de apoiar o Kemalismo². O país, portanto, iniciou uma reconstrução de barreiras políticas e econômicas, não alinhadas com relações

² Kemalismo do turco Atatürkçülük, também conhecida como a Doutrina das Seis Setas, é a ideologia política desenvolvida e adotada no regime de Mustafa Kemal Atatürk, primeiro presidente da República da Turquia, promulgada em 1931 e capaz de construir uma democracia moderna e secular, pautada por seis princípios: Republicanismo, Nacionalismo, Populismo, Estatismo, Secularismo e Reformismo. Acreditava-se que para haver progresso, a existência de uma estrutura democrática inspirada pelos parâmetros ocidentais se fazia necessária. Logo, não eram defendidos regimes teocráticos, nem mesmo a presença de práticas e aspectos religiosos nas instituições públicas e governamentais.

de dependência à outras nações, pregando a liberdade e o não alinhamento, o que é evidenciado no artigo 152:

A política externa da República Islâmica do Irã baseia-se na negação de todas as formas de dominação ou submissão a esta, na preservação da independência em todos os aspectos e na integridade territorial do país, defendendo os direitos de todos os muçulmanos, o não-alinhamento com as potências dominantes e relações mútuas de paz com países não hostis (Constituição da República Islâmica do Irã. Embaixada da República Islâmica do Irã, 2021. <<https://brazil.mfa.gov.ir/pt/generalcategoryservices/11668>>. Acessado em 22/09/2021 às 21:11.

A idéia de nação independente, ainda é reiterada, juntamente à uma reafirmação de contrariedade à intervenção estrangeira, através do artigo 153:

“Não é permitido concluir qualquer contrato que envolva a dominação estrangeira dos recursos naturais e econômicos, a cultura, o exército e outros domínios da nação” (Constituição, Irã, 1979).

Segundo (Ehteshami & Zweiri, 2008), a Constituição Iraniana estabeleceu, a partir de sua elaboração, quatro pilares na política externa do país. O primeiro se trata da rejeição de toda e qualquer dominação estrangeira, se alinhando ao segundo, que ratifica, determinando a preservação da independência territorial. O terceiro engloba a valorização do aspecto religioso à sociedade e à política, defendendo os direitos de todos os muçulmanos, sem o envolvimento às potências hegemônicas. Por fim, o quarto pilar traça uma importância a respeito da manutenção das relações de paz com países não beligerantes.

A Revolução Islâmica trouxe à tona um conceito novo, a exportação de revoluções islâmicas pelos outros países, através do exemplo considerado bem sucedido do Irã. Este marco histórico do país tornou-se um modelo de resistência muçulmana e a experiência passou a ser considerada e bastante pregada por muitos líderes religiosos após 1979 no mundo (ver Imagem 2). Esse fato provou a ideia de Khomeini de que o Irã se tratava apenas de uma política messiânica, a qual visava influenciar outros países da região do Oriente Médio a adotarem

um regime teocrático, se tornando, assim, uma liderança espiritual e ideológica, porém sem o uso da força, apenas das ideologias e do alcorão. Havia, portanto, um forte incentivo à extinção de relações imperialistas entre o oriente e os Estados Unidos e países europeus, assim como o corte de tendências ocidentais, além do interesse pela criação de um Mercado comum islâmico, desta forma buscando idealizar e formar uma imagem do país no exterior, visando atrair interesses externos e simpatias, assim universalizando seu movimento e criando laços político-econômicos e religiosos com os demais países regionais.



Imagem 2: Manifestação em Teerã contra o governo de Pahlavi. Fevereiro, 1979. Fonte: Wikipédia.

Após 1980, o Irã buscou atuar de acordo com uma política de não alinhamento com as grandes potências hegemônicas, porém, com posicionamentos e políticas racionais e pragmáticas no âmbito da política

externa e de relações internacionais. As tensões com Iraque, Afeganistão, Rússia e Estados Unidos e a respeito Golfo Pérsico foram pontos cruciais para essa adaptação política, que antes se mantinha radical aos seus ideais e à defesa dos Xiitas. Em 1989 o Aiatolá falece, dando espaço para a entrada de Ali Khamenei, após sair de seu mandato como presidente (Imagem 3). O país teve sete presidentes ao todo, após haver a reforma constitucional, onde o cargo de primeiro-ministro seria atribuído ao de presidente, com os mesmos poderes. Decidiu-se, então, que o mandato teria um tempo determinado de quatro anos e as eleições seriam realizadas através do sufrágio universal. Os presidentes mais atuais e conhecidos são Mahmoud Ahmadinejad (2005 – 2013) e o vigente, Hassan Rohani (2013).



Imagem 3: Aiatolá Ali Khamenei ao lado da imagem de seu antecessor e líder da Revolução Islâmica, Aiatolá Ruhollah Khomeini. Fonte: El País.

A Revolução Islâmica trouxe à tona uma nova realidade de vida, de política, de costumes e de cotidiano tanto nas relações interpessoais, quanto nas relações externas com principais países atores na história do Irã. Ela destituiu a monarquia no país, instaurando uma república e surgiu a fim de questionar situações presentes e permanentes de descontentamento popular, buscando extinguir privilégios e corrupção na política, o forte relacionamento de imperialismo e dependência, além de quebrar com modelos ocidentais de formas de vida e de cultura, assim, visando o resgate da cultura nacional e da

independência. No entanto, uma mudança tão brusca quanto a que a revolução causou e proporcionou ao país, acabaram por afetar a vida e o dia a dia de todos, principalmente das mulheres iranianas, o que se tornou um desafio para elas em relação à luta por igualdade de direitos, por reconhecimento civil e pela liberdade.

1.2 Origem e contextualização histórica do Hijab

O uso do véu se tornou costume em uma tradição pré-islâmica no Oriente Médio, o qual caracterizava as mulheres que o usavam como livres, comprometidas ou sob proteção de algum familiar homem, ou seja, tratava-se de um costume relativo à vida sexual feminina; “O véu servia não apenas para identificar as mulheres pertencentes às classes mais altas, mas, fundamentalmente, para diferenciar as mulheres “respeitáveis “das que estavam disponíveis publicamente.” (AHMED, 1992, p. 15), ou seja, o véu representava a marca explícita a todos sobre o status de relacionamento dessas mulheres (AHMED, 1992), além de representar uma fronteira simbólica entre o que poderia ou não ser visto (MERNISSI, 2003). Com isso, é fundamental afirmar que o Islã não foi o fundador desta cultura, mas sim, o responsável por sua perpetuação, assim como referente a outros costumes existentes no Oriente Médio, após seu surgimento, aproximadamente no século VII. Ele se estabeleceu sobre bases patriarcais de sociedade, as quais atribuíam um valor de importância à honra e à desonra feminina, pois não se tratava apenas de um movimento de adjetivação, mas sim de uma determinação de classe social diante do relacionamento que tinham com figuras masculinas, contrariamente aos homens que possuíam a liberdade e o direito de selecionarem seus lugares na sociedade, através de suas atividades laborais e comerciais. A partir da dominação árabe, o véu perdeu seu sentido de honra, para se tornar um símbolo de modéstia e submissão, caracterizando a inserção das mulheres à comunidade muçulmana.

Anteriormente ao Islã, quando a sociedade ainda fazia parte da era cristã, as mulheres pertencentes às classes altas na Pérsia viviam sob uma noção de isolamento, a qual garantia que ficassem invisíveis aos olhos externos. Essa invisibilidade se dava tanto pelo véu como também na construção das habitações, que eram estruturadas em áreas particulares, guardadas por

eunucos³. As mulheres eram vistas unicamente como um ser sexual e de reprodução e isto perdurou após o surgimento do Islã. No entanto, há uma contradição entre a trajetória cultural estabelecida neste território e os ensinamentos éticos do Islã, considerando que os mesmos, presentes no Alcorão, exigem a desigualdade de gênero, o que causa um embate até os dias atuais entre mulheres que buscam por igualdade e a sociedade em si religiosa e que cumpre o papel de seguir os preceitos religiosos, os quais refletem ocasionalmente na política e no sistema de leis da Shariah.

[...] os ensinamentos éticos do Islam estavam acima de todas as práticas estabelecidas. Quando esses ensinamentos são levados em consideração, a compreensão religiosa a respeito da mulher e do gênero é muito mais ambígua do que as práticas podem sugerir. A visão ética do islã, que é obstinadamente igualitária a respeito dos sexos, entra em tensionamento, e podemos considerar, inclusive, que subverte a estrutura hierárquica do casamento instituído pragmaticamente na primeira sociedade islâmica. (AHMED, 1992, p. 62-63).

A divergência, a qual reflete a aderência, de fato, à uma cultura já existente, assim, havendo um “sincretismo” com bases religiosas islâmicas, está na forma que o Alcorão trata homens e mulheres de forma igualitária, da mesma maneira, como não prevê uma obrigatoriedade no uso do véu por parte das mulheres, como afirma o professor e pesquisador norte americano John L. Esposito ao dizer que “Traje específico para mulheres não é estipulado em nenhum lugar do Alcorão, que também enfatiza o recato para os homens [...]” (ESPOSITO, 2002, p. 95). Contudo, A visão igualitária entre gêneros pode ser vista de forma intensificada na surata 33, versículo 35, quando se refere aos dois diretamente:

Quanto aos muçulmanos e às muçulmanas, aos crentes e às crentes, aos consagrados e às consagradas, aos verazes e às verazes, aos perseverantes e às perseverantes, aos humildes e às humildes, aos caritativos e às caritativas, aos recatados e às recatadas, aos que recordam muito de Allah e às que se

³ Homens que tiveram sua genitália removida parcial ou totalmente, perdendo a capacidade de reprodução e uma forte redução hormonal. Ficaram responsáveis por serem os guardas e darem segurança dos “harens”, local de moradia das esposas no Oriente Médio e na China.

recordam dele, saibam que Allah lhes tem destinado a indulgência e uma magnífica recompensa. (ALCORÃO, Surata 33, Versículo 35).

Assim como no Livro Sagrado também é apenas abordada uma forma, a qual mulheres devem apresentar-se vestidas em locais públicos, diante da sociedade fora de seu grupo familiar de convívio, como é dito:

“Dize às fiéis que [...] conservem seus pudores e não mostrem seus atrativos, além dos que (normalmente) aparecem; que cubram o colo com seus véus e não mostrem os seus atrativos, a não ser aos seus esposos, seus pais, seus sogros, seus filhos, seus enteados, seus irmãos, seus sobrinhos, às mulheres suas servas, seus criados isentos das necessidades sexuais; que não agitem os seus pés, para que não chamem à atenção sobre seus atrativos ocultos”. (ALCORÃO, Surata 24, Versículo 31)

A prescrição tradicional foi estabelecida de acordo com uma segregação social e religiosa, diferenciando a vida dos muçulmanos entre as esferas da vida pública e privada, o que leva a uma prescrição de papéis em que homens e mulheres devem empenhar no âmbito social, em um cenário já pré-existente de sociedade patriarcal pré-islâmica. Logo, a recomendação das vestimentas tradicionais é destinada para ambos os sexos, de forma que não ressaltem traços de seus atrativos físicos e que resguardem seus corpos conforme à modéstia pregada pelo Alcorão, ou seja, estas noções são calcadas em um princípio de privacidade sacra e de sexualidade, em que o corpo possui um simbolismo de santuário. Existe uma possibilidade de que o hijab seja utilizado de forma opcional. Pela religião, homens não tem o direito de obrigar as mulheres a usarem o véu. Elas devem usar conforme o seu desejo, de acordo com a antropóloga brasileira e muçulmana Francirosy Ferreira:

A interpretação dada pelos muçulmanos é a de que cabe à mulher decidir se quer ou não usar o véu, salientando que se trata de uma determinação religiosa. Caso ela não cumpra, deverá prestar contas de seus atos no dia do Juízo Final. Todas as muçulmanas com as quais tive ou tenho contato dizem Inshalá – se Deus quiser – um dia vou usar. Esta frase ressalta que de modo algum as muçulmanas desconhecem a sua “obrigação religiosa”. Elas estão cientes da necessidade disso,

mas como dizem, ainda não estão preparadas. Algumas se referem ao fato de no trabalho serem proibidas de usar a vestimenta, outras de que falta coragem, outras alegam a fé necessária para se sentirem prontas a usar. (FERREIRA, 2013, p.193).

Em relação a este tratamento igualitário e justo entre homens e mulheres pelo livro sagrado, a autora egípcia de *Women and Gender in Islam*, Leila Ahmed, já citada acima, fala que “esse igualitarismo é um elemento consistente dos enunciados do Corão” (AHMED, 1992, p. 64). A problemática da aplicabilidade do Islã e dos preceitos religiosos na vida, na religião, na política e no cotidiano está justamente no paradoxo entre esta herança do igualitarismo ético e na interpretação dos textos do Alcorão por parte de homens, ou seja, a interpretação errônea juntamente à uma herança cultural já presente há séculos, desde que o Irã era nomeado como Pérsia. A mensagem, a qual é legitimada socialmente, distingue-se da mensagem deixada por Maomé e isto se tornou, ao longo do tempo, um forte argumento para que as mulheres muçulmanas se sintam seguras e livres no âmbito espiritual, mas que continuem lutando por seus direitos e pela ressurreição da influência desse discurso ético islâmico com bases na igualdade dos indivíduos, através da formação de um Movimento Feminista Iraniano.

1.3 Cultura e Feminismo no Irã

Quando tratamos de cultura, levamos em conta diversas questões que abrangem a história de um grupo ou até mesmo de um país. As contradições, em larga escala, entre o mundo oriental e o mundo ocidental são muitas, diante da sua formação e estrutura política, religiosa, econômica e social, refletindo em conflitos até os dias de hoje, devido à intenção de determinação do que seria prudente de acreditar e agir ou então qual modelo de vida seria o exemplar a ser adotado.

O ato de coibir as mulheres pode ser considerado um fenômeno no oriente médio e possui um cunho significativo, pois está presente desde a era pré-islâmica, se calcificando em um ato estrutural deste território. A partir do Imperialismo Europeu, como forma de pretexto para dominação dos povos

islâmicos, surgiu a crítica do uso do Hijab, acusando a cultura com traços de opressão às mulheres. Contudo, no Irã ocorreu de forma distinta e oposta. Os rostos tampados pelo véu no período pré-revolução islâmica simbolizaram afronta, uma bandeira revolucionária de mulheres que lutavam pela queda de um governo corrupto e, de certa forma, autoritário.

No que abrange o Irã, o forte processo de ocidentalização de suas leis, da política, assim como da sua cultura, conduziu a uma série de insatisfações internas. A proibição do uso do Hijab e de vestimentas típicas e da adoção de formas ocidentais de manejo da realidade e do cotidiano, como por exemplo a abertura para a venda e o consumo de produtos norte-americanos e europeus em massa, no governo do rei Reza Shah Pahlavi, havia um não reconhecimento do povo iraniano a si mesmo, pois tais medidas induziram a uma transformação brutal da cultura, dos costumes e da religião. O Islamismo edificava não apenas a política, mas também grande parte da vida da população. Logo, Pahlavi, com o objetivo de reformar o país, atraiu confrontos ideológicos a favor da esfera cultural e de vida que já vinham tendo anteriormente.

o Shah, por sua vez, visando interesses de crescimento econômico e de alianças maiores, assim, amenizando a imagem internacional que o Irã possuía no Ocidente, tomou estas medidas de coerção e da retirada do Islã do âmbito institucional legislativo alegando e acreditando que a desigualdade de direitos de gênero representava um atraso ao país e uma grande problemática a ser enfrentada para obter um progresso e alcançar um padrão desejável em sua concepção.

Estas transformações vieram de forma repentina, causando um choque social. Muitas mulheres se sentiam desprotegidas e nuas nas ruas pela falta do hijab e, com o Decreto real, conhecido como Esfandiari 24, havia o consentimento por vias legais para o ataque às mesmas por policiais caso fossem vistas usando a vestimenta religiosa. O rei acreditava na desatualização das leis e para isto, buscou estas e outras medidas com o fim de desvincular a religião à política. A partir dessa perspectiva, muitas mulheres foram confinadas em casa, pois era considerado uma humilhação esta exposição, assim, impactando na adesão de muitas ao direito conquistado de poder estudar, portanto, não frequentando mais as escolas e universidades. Ainda sobre uma

imagem que pode espelhar as mulheres antes da dita revolução iraniana, sugerimos que observemos a figura 4 a seguir.

As reformas na estrutura, com o tempo foram sendo mais aceitas, principalmente pelas novas gerações, as quais se adaptaram com mais facilidade. Apesar das críticas, as mulheres adquiriram grandes benefícios, mesmo que não tivessem pleno aproveitamento aos direitos. Até 1979, com a Revolução Islâmica, as mulheres tinham maior um sentimento de pertencimento à sociedade, um status de civilidade e isso se dava principalmente ao acesso às Leis de Proteção à Família, que as proporcionaram maior controle para gerirem suas vidas. Estas consistiam na proteção da mulher contra violência doméstica, no direito ao aborto em situações específicas, custódia dos filhos, maioria feminina para o matrimônio, a proibição da poligamia sem o consentimento legal da esposa, entre outros direitos também conquistados.



Figura 4: Mulheres iranianas em trajes de banho na praia. 1970. Fonte: El País

Esses avanços promoveram a emancipação familiar e feminina em um espaço onde, anteriormente, as mulheres eram vistas como frágeis e até mesmo como inexistentes. Em 1962 surgiu um movimento a favor do sufrágio feminino

no país. Buscavam, portanto, o voto parcial de mulheres em eleições locais, recebendo como resposta forte contestação da bancada conservadora do governo, a qual configurou tal reivindicação a uma queda moral da sociedade. Ayatollah Khomeini realizou na época uma comparação entre voto feminino e a prostituição, afirmando possuir similaridade moral. Sob forte pressão, o primeiro-ministro não permitiu que novamente a lei fosse para frente, assim, legalizando o sufrágio feminino.

No ano seguinte, mesmo sem a votação do parlamento a favor da participação feminina nas eleições, o Ministro da Agricultura sugeriu que houvesse uma organização do movimento feminino para suas próprias cabines de votos, podendo, portanto, participar e promover pequenos debates através de suas opiniões. O Shah concedeu o direito ao voto e à candidatura, mesmo sem a aprovação da lei, dando oportunidade para que seis mulheres tenham sido eleitas e duas, indicadas por ele, para trabalhar no Senado.

As mulheres islâmicas, diferente da aparência de submissão e pacifismo para o Ocidente, são figuras que retratam muita força, luta e pressão contra um governo que dialoga historicamente, de forma direta com a religião, desde a Revolução Islâmica. Robert R. Reilly, autor do livro “A Mentalidade Muçulmana: As Raízes da Crise Islâmica”, trabalha com a idéia de uma falta de razão filosófica na sociedade islâmica, por adotar uma mentalidade muçulmana, a qual coordena todos os âmbitos da vida no Oriente Médio e que, segundo o autor, se contrapõe à esta mentalidade racional isenta de crenças e embasamentos teológicos. Reilly (2020) disserta a respeito das raízes intelectuais que culminaram no fechamento do Islã sunita para a realidade, através da sua fé, ou seja, no estreitamento das relações entre os indivíduos e a razão, o que, conseqüentemente, transformou o modo de vida, assim como os costumes que giram em torno da luta do movimento feminista. Uma frase que complementa fortemente esta ideia é a do filósofo paquistanês Fazlur Rahman, onde diz: *“Um povo que se priva da filosofia necessariamente expõe a si mesmo à carência de ideias novas - na verdade, ele comete suicídio intelectual”*⁴.

⁴ RAHMAN, Fazlur. Islam and Modernity. Chicago: University of Chicago Press, 1982. p. 157-158.

De fato, desde os primórdios existiu um apartheid de gênero no Irã, onde as mulheres permaneceram a todo momento da história como personagem secundário. As suas conquistas se deram em sua maioria como moeda de troca política e econômica por homens que visavam um poder e uma transformação do país para seu próprio benefício e este apartheid foi intensificado a partir da Revolução Islâmica, pelo fato de o Irã perder o fio que restava de valor democrático de pensamento e manifestação do movimento feminista.

No dia 8 de março de 1979, iranianas se uniram nas ruas com e sem hijab com um mesmo propósito: lutarem por seu poder de escolha a respeito das vestimentas obrigatórias pelo novo governo islâmico e pela igualdade de gênero. Mesmo as mulheres que usavam véu eram contra a extinção da possibilidade de escolha, assim, defendendo que a próxima geração tivesse mais liberdade que a geração vigente na época da Revolução (ver: Figura 5).

O cenário do Irã se configura em uma continuação da rebeldia sufragista com o fim de adquirir o direito de se vestir como quiser, pois, nem no governo populista de Pahlav, assim como no governo autoritário e teocrático pós revolução islâmica, as iranianas possuíram direito universal de escolher suas vestimentas, sempre sendo impostas a algum padrão específico a ser adotado sob determinação por lei. Juntamente a esta luta, também se movimentaram mais firmemente para conquistar seu direito ao voto, para que, deste modo, saiam do caráter de cidadãs de segunda classe e se sintam protegidas por alguma lei futuramente, pois a atual vai contra sua existência e permanência efetiva na sociedade de forma igualitária.

Em um encontro político em 2018, a jornalista e ativista iraniana Masih Alinejad disse ao Parlamento Europeu que as iranianas não estão à espera de salvação externa, pois irão se salvar sozinhas. Apenas querem os mesmos direitos de liberdade para vestirem o que desejarem, direito este, que as mulheres europeias possuem garantido. Alinejad é líder do movimento My Stealthy Freedom⁵ - movimento online na rede social do Facebook⁶ e,

⁵ My Stealthy Freedom é um movimento online através de uma página do Facebook criada em 2014, a qual convida mulheres iranianas a divulgarem suas fotos sem Hijab, como forma de resistência.

⁶ <https://www.facebook.com/StealthyFreedom>

posteriormente, em um blog⁷ contra o uso obrigatório do véu, e é uma figura importante na atualidade para o movimento feminista no Irã, pois levou para fora das fronteiras os debates e desejos desse grupo de mulheres até mesmo para o mundo ocidental, onde ganhou grande visibilidade em muitos eventos internacionais, assim como nas mídias sociais. No Facebook, mulheres compartilham diariamente imagens de si mesmas em locais públicos sem o hijab e textos que falam sobre sua liberdade, individualidade e seu direito de ser si mesma. Estas contam atualmente com cerca de 3,5 milhões de seguidores e 80% residem no Irã.

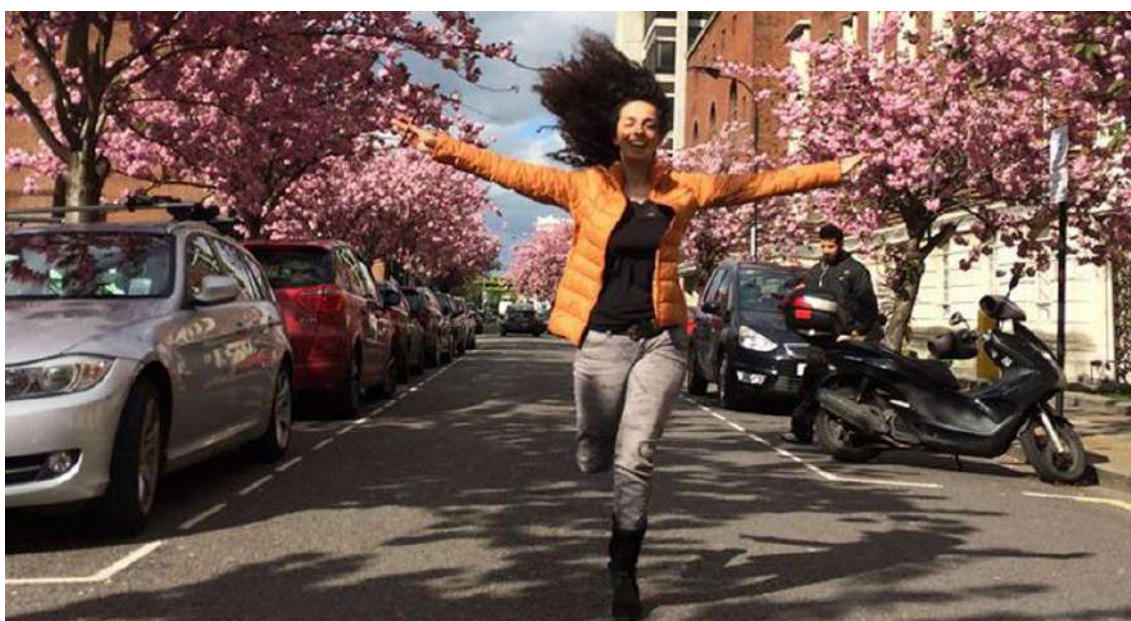


Figura 5: Masih Alinejad, fundadora do Movimento My Stealthy Freedom. Fonte: my stealthy freedom

Masih Alinejad possui bastante notoriedade no Irã através do seu trabalho como jornalista dentro do congresso. É considerada uma personalidade engajada e pautada com bases políticas muito fortes e isso chegou a lhe causar problemas, sendo expulsa do congresso por seus textos e pensamentos críticos, acarretando em seu exílio do país. Em 2009 foi para a Inglaterra, por conta das perseguições sofridas e nunca mais retornou ao Irã. Atualmente reside nos Estados Unidos. Buscou sempre se posicionar contrariamente aos políticos conservadores, assim como a própria República Islâmica e à lei do hijab compulsório. Sua página é tão transgressora pelo fato de mobilizar muitas mulheres iranianas e muçulmanas no geral, no mundo todo a se exporem nas

⁷ <https://www.mystealthyfreedom.org/>

redes sociais infringindo uma lei, ou seja, postando fotos sem o hijab, assim como acessando o facebook, rede proibida no país. Isto mostra o quanto as fronteiras e a ampliação geográfica são relevantes para a disseminação da luta deste grupo de pessoas.

A campanha My Stealthy Freedom, desde sua formação, desenvolveu algumas iniciativas de manifestações como My Forbidden Voice (Minha voz proibida), My Camera is My Weapon (Minha câmera é minha arma) e Men in Hijab, o qual homens utilizam hijab ou algum lenço feminino buscando se solidarizar com suas esposas e familiares, se opondo à exigência do uso obrigatório em espaços públicos. Em maio de 2017 foi lançada mais uma iniciativa, a Quarta-feira Branca, em que busca incentivar o uso de roupas brancas como forma de protesto contra as regras de vestimenta feminina.

No dia 27 de dezembro de 2017, Vida Movahed silenciosamente prendeu seu hijab em uma vareta, simbolizando uma bandeira, como forma de protesto ao uso compulsório do véu na rua Enghelab, conhecida como Rua da Revolução, no centro da capital Teerã. Ela se tornou, devido ao ocorrido, um símbolo para outras mulheres por ser a precursora a realizar este tipo de ação nas ruas, portanto, incentivando outras diversas mulheres a manifestarem publicamente seus descontentamentos a respeito da obrigatoriedade do uso do hijab. Esta ação de Movahed resultou em sua prisão, sendo liberada no dia 27 de janeiro de 2018. Após esse evento, muitas outras mulheres de diferentes idades foram incentivadas a se manifestarem publicamente utilizando varetas e o hijab como uma bandeira contra o controle de escolha feminino. Com o crescimento do movimento, ficaram conhecidas como Girls of Revolution Street (As Meninas da Rua da Revolução) por conta da hashtag com este nome em persa *#دختران_خیابان_انقلاب*, apresentando uma ameaça, a qual o governo iraniano não se deparava há bastante tempo, considerando que este cenário representa uma “desobediência civil” (ver: Figura 6)

A partir de 2018, vinte e nove pessoas foram presas e isso causou certa reflexão por parte de alguns clérigos a respeito da necessidade de algumas mudanças que andassem lado a lado com as demandas e com as transformações modernas, considerando que o debate acerca do direito de

escolha do uso do hijab estava dominando a internet e, além disso, por os protestos serem de caráter pacífico, conseqüentemente levariam a ocorrer mais manifestações. Logo, dependendo da reação popular e política, poderia alimentar a criação de um movimento, o qual possivelmente sairia do controle nacional.



Figura 6: Mulheres iranianas manifestando seu direito de poder de escolha sobre o uso do Hijab em Teerã.

Em decorrência das diversas transformações na esfera do feminismo, a internet se tornou uma grande aliada, se não a maior, no movimento e em sua disseminação pedagógica e de luta. Esse instrumento essencial caracterizou um marco para a quarta onda do feminismo, iniciada por volta de 2012, alavancando e globalizando debates, trocas informativas e construindo novos pensamentos e conceitos relevantes para o nicho, fora que se estruturou de forma muito mais interseccional. Este ciberativismo, portanto, abriu portas para a quebra das fronteiras entre ocidente e oriente. Porém, um grande obstáculo no Irã é a intensa ameaça à censura no país mediante à internet.

A luta por direito à liberdade de expressão e ao uso de internet é extremamente presente na vida da população iraniana, a qual deseja se inserir nas redes globais. Ocorrem frequentes interrupções dos serviços de internet por

parte do regime do Irã, assim, quebrando o fluxo de informações no país. Muitas pessoas contornam essas ações, acessando navegadores anônimos e redes privadas virtuais, as VPNs. No entanto, segundo o portal Share America⁸, o Irã tem gastado desde 2005 cerca de US \$4,5 bilhões, visando implementar uma intranet nacional, a qual seria mais restrita, favorecendo a rigidez no acesso diário à internet por cidadãos comuns. O acesso ao Twitter, Facebook, Youtube e Telegram são constantemente bloqueados e este cenário reflete em uma intensa exclusão da população ao resto do planeta, cortando todo e qualquer direito à liberdade democrática e à internacionalização de contatos. Em 2009, muitos protestos ocorreram em âmbito nacional, buscando a obtenção destes direitos, sob um cenário em que apenas 15% da população possuía acesso à internet. A partir de 2018, mais da metade já conseguia este acesso, com cerca de 80 milhões de habitantes e 48 milhões de smartphones sendo utilizados no país.

No mesmo ano, Nikki Haley, na época embaixadora dos Estados Unidos nas Nações Unidas, disse em uma reunião de emergência do Conselho da ONU que “O regime iraniano está bloqueando o acesso à internet na tentativa de interromper a comunicação entre os manifestantes [...] Eles estão tentando silenciar a voz do povo iraniano. Não podemos permitir que isso aconteça.”. Houve e ainda há um apelo de outras nações para que o regime mantenha os sites e mídias sociais abertos para uso liberado e acesso democrático da população, perante à defesa de que as mídias sociais representam uma forma legítima de comunicação, porém, não obteve muito sucesso até os dias atuais. Este cenário acaba, portanto, a levantar questionamentos como qual motivo o governo iraniano teria medo em relação à liberdade de expressão e à comunicação online com o mundo externo? Qual seria o objetivo em silenciar toda uma população? Em 2019 estes “apagões” da internet ficaram claros, se tratava de uma estratégia para impedir as trocas de informações a respeito das diversas manifestações que eclodiram no Irã e, segundo à Netblocks⁹, organização não governamental responsável por rastrear a cibersegurança e por

⁸ <https://share.america.gov/>

⁹ <https://netblocks.org/>

monitorar a liberdade de acesso à internet, este evento fora considerado o maior bloqueio já registrado.

A censura, conseqüentemente, afeta os movimentos, principalmente o feminista, pois o mesmo já possui quase nenhuma liberdade de expressão e de exposição. A internet acaba por representar um espaço seguro de informação, de conscientização e de debates, fora que se estrutura desde sua globalização, como um intercâmbio de diálogos e de conhecimentos. As mulheres iranianas que já não tem a possibilidade de expressarem-se de forma direta e afirmativa, acabam precisando criar novas bases de manifestação e de luta por seus direitos e também para conseguirem ganhar um espaço no mundo e na sociedade. Este cenário, de fato, ocasiona uma polarização de ideias, pois cria uma certa falência do diálogo entre feministas ocidentais e iranianas, ou até mesmo com feministas de países vizinhos do oriente médio, o que atrasa potencialmente algumas questões e possíveis avanços na questão do movimento e do cunho teórico e acadêmico, em relação a o que poderíamos ter de textos feministas, caso não houvesse a intensa censura cibernética e da própria liberdade de expressão feminina de suas demandas no campo acadêmico do país.

Capítulo 2

A Cultura hegemônica, a questão do feminismo: entre a “mulher sujeito” e a “mulher assujeitada”

A repercussão dos debates acerca do hijab no ocidente, por exemplo, ganhou novas formas de interpretação. Muitos ocidentais mais democráticos passaram a considerar o véu como um símbolo de resistência, contrapondo automaticamente ao significado que possui para as mulheres, as quais são forçadas ao uso, ou seja, que são oprimidas e não possuem livre arbítrio de escolha. Essa preferência do ocidente em apoiar, se deu através de uma reflexão em consequência da série de atos políticos e de eventos xenofóbicos ao longo do tempo, principalmente na Europa e nos Estados Unidos, onde muitos muçulmanos são hostilizados, atacados e sofrem constantes preconceitos, assim como muitas mulheres não possuem liberdade para utilizar o hijab em locais públicos, e também para participar efetivamente de atividades cotidianas e em instituições sem que sejam mal vistas, estigmatizadas e se sintam desconfortáveis. Este cenário retrata bastante a discrepância da realidade e das demandas de um único nicho – as mulheres islâmicas, entre os mundos ocidental e oriental, assim denotando a forte necessidade de uma maior articulação para que se sintam aceitas e livres nas tomadas de decisão e serem quem são em ambos os lados do planeta.

O ato de descolonizar os conceitos e preceitos das raízes do movimento, causam uma abertura e uma inclusão muito maior de mulheres naturais de países opostos aos países centrais, com realidades e demandas distintas, as possibilitando ter voz diante de mais opressões e desigualdades de direitos, partindo do princípio de que, em uma escala mundial, as sociedades se estabeleceram sobre uma esfera patriarcal de divisão de tarefas e determinações, a partir do conceito de gênero. No ensaio escrito por Gayatri Spivak, “Podem os subalternos falar?” (1994), a teórica e docente indiana desenvolve uma síntese avaliativa do discurso colonialista disseminado, com o objetivo de dominação cultural desses povos, assim, se apropriando do discurso feminista, colocando mulheres muçulmanas em um papel de opressão, com a

necessidade de serem salvas por esses “outros homens” (AHMED, 1992), os homens brancos e ocidentais.

O olhar estrangeiro, desde o século XIX, constantemente flerta com a ideia de uma destruição da independência e da autonomia feminina por parte do uso do véu. Para isso, os europeus colonizadores possuíam uma estratégia de se apropriar dos discursos feministas ocidentais como forma de acusar o Islã, alegando se tratar de uma cultura religiosa opressiva e causadora de um atraso civilizatório:

Apenas se essas práticas “intrínsecas” ao Islam (e, assim, o Islam propriamente dito) fossem abandonadas poderiam as sociedades muçulmanas começar a avançar no caminho da civilização. O véu – para olhos ocidentais, a marca mais visível da diversidade e inferioridade das sociedades islâmicas – tornou-se um símbolo tanto da opressão das mulheres (...) como do atraso do Islam, tornando-se alvo aberto para o ataque colonial e a ponta de lança da investida nas sociedades muçulmanas. (AHMED, 1992, p.151-152).

A busca por dicotomizar esse discurso colonizador levou o Islã a moldar um discurso ortodoxo em torno do véu, este, detentor de uma autenticidade em seus valores, incentivando os fiéis a assumirem o ato do desvelamento como uma heresia ocidental. Assim,

a associação entre o véu e a liberdade das mulheres é igualmente manifestada nos argumentos que sancionam ou defendem o véu sob o pretexto de que este é um produto da “escolha livre” das mulheres e uma evidência de sua “libertação” da hegemonia dos códigos culturais ocidentais. (MAHMOOD apud FERREIRA, 2013, p. 186).

Leila Ahmed defende que o feminismo ocidental, portanto, neste cenário imperialista, perdeu seu cunho “crítico de um sistema de dominação masculina, tornou-se seu dócil servo” (AHMED, 1992, p. 155), justificando e legitimando sua superioridade para esta tentativa de dominação. Acreditava-se na igualdade de uma unidade feminina e, com isso, era necessário que as mulheres muçulmanas abandonassem o costume do uso do véu, assim como suas crenças e hábitos no geral.

O governo francês, em julho de 2010, com base no projeto de lei nº. 524, iniciou um processo de impedimento do uso da burca e do niqab em vias públicas. Mais tarde, em 2016, o traje de banho que cobre grande parte do corpo, conhecido como “burkini”, teve seu uso proibido em âmbito municipal em 12 balneários franceses. Estas medidas consideradas como uma defesa da república do país se deram, principalmente, por dois motivos: a segurança nacional, devido à associação que estas vestimentas tinham com o terrorismo e em segundo lugar, por estes costumes divergirem dos valores e da tradição do país, no caso, a laicidade do Estado, a liberdade feminina e a democracia de escolha. Todavia, esta coibição com forte cunho ideológico e civilizatório dispensava a noção de identidade, religiosidade e de cultura, o que mostra que o ocidente não possui uma facilidade de enxergar e de atribuir importância a estas expressões do oriente médio, causando um forte impacto de exclusão nacional. Esta medida, usada como um exemplo, reflete a violência ideológica, a qual compromete drasticamente a autonomia das mulheres islâmicas, através da sua liberdade de escolha ser corrompida. Esta ideia do feminismo ocidental de medidas de “salvação” das mulheres muçulmanas consideradas submissas por sua cultura e religião interfere diretamente em pautas, as quais este grupo constantemente traz à tona para reconhecimento público do seu direito à escolha individual de crença, vestimenta e religião. A confeiteira e colunista Nadia Hussein chegou a afirmar no vídeo Vozes do Islã: “Eu não me sinto oprimida por causa do meu véu” (FERREIRA, 2007b).

Um contraste presente neste debate no ocidente se dá pelo relativismo cultural, permeado pelo argumento dos erros e das injustiças impostas pelo colonialismo, o que causou a aniquilação de muitas culturas e desencadeou em preconceitos presentes até os dias de hoje em muitas culturas dominantes e hegemônicas. Desta forma, defendem a não interferência nas tradições do Oriente Médio. Em contrapartida, o grande erro moral do colonialismo foi a inexistência de um olhar igualitário a todos a quem governaram. Logo, nos tempos atuais isto parece estar ocorrendo em relação às mulheres iranianas que não se reconhecem muçulmanas e não desejam usar o Hijab ou qualquer vestimenta considerada tradicional, fora todos os outros direitos universais a que são negadas em seu país.

A questão cultural e estrutural de uma sociedade é um fator delicado, quando se trata de trabalhar com o estudo e a implementação de lutas feministas em determinado território. No entanto, como seria possível um grupo de mulheres se inserir em uma luta originalmente desenvolvida por mulheres ocidentais, especificamente, europeias e norte-americanas?. A luta feminista no Irã, portanto, se deu de forma autoral e adaptativa, ou seja, seus movimentos se construíram a partir do pequeno espaço que conseguiam enxergar como disponível para dar um passo a frente. Em sua constituição, o Feminismo Decolonial, vertente relativamente recente latino-americana, faz um diálogo com este cenário histórico das mulheres persas, o qual se desenvolve sobre um espectro mais amplo, assim, tencionando e indo para além do feminismo hegemônico.

O empoderamento de mulheres muçulmanas se dá muito pela necessidade de sobrevivência frente às opressões, através do desenvolvimento e fortalecimento de sua autoestima e da consciência de que existe possibilidade de possuírem pensamentos próprios, assim como decisões sem o condicionamento de terceiros. Há uma dificuldade do ocidente em compreender o modo de vida das mulheres muçulmanas, estabelecendo uma necessidade de questionar e de “ensiná-las” a viver livremente de acordo com as concepções de sociedade e de democracia ocidental, considerando que seja a melhor realidade a ser seguida.

Há uma contradição, portanto, do significado deste conceito. Para as iranianas, a liberdade não está em retornar ao uso de calças jeans ou roupas curtas e que fogem do tradicionalismo, mas sim em serem vistas como cidadãs civis perante igualdade de gênero e de direitos. Está em poder expressar suas vontades, escolhas e ideias individuais sem cerceamento do Estado e da sociedade. Logo, é de suma importância a compreensão do modelo de resistência deste grupo, assim como é falado pela autora e pesquisadora beduína da Universidade de Columbia de temas relacionados ao Islã e gênero, Lila Abu-Lughod, não é por que as mulheres não podem se opor diretamente às decisões de seus maridos que deixaram de resistir (1999, p.102), ou seja, a luta é estabelecida através de outras estratégias que não as colocam em perigo direto e que são propícias diante do cenário em que vivem. Ela, assim como

muitas outras feministas, não se coloca contra o uso do véu, mas sim de sua obrigação imposta pelos homens. Outra autora e socióloga marroquina importante para o movimento feminista de mulheres islâmicas, Fatema Mernissi, trata o hijab como um objeto diretamente vinculado à identidade cultural e feminina deste grupo, negando que exista um cunho depreciador em sua imposição ao uso. Em seu livro *El poder olvidado: las mujeres ante el Islam en cambio* (1987), defende a ideia de que as mulheres não possuem espaço para ocupar cargos importantes e isto se dá, de acordo com sua pesquisa, a respeito dos *hadits*¹⁰, em que muitos não retratavam a verdade proferida pelo Profeta Maomé, sendo assim, construções contínuas e pertinentes a partir de interpretações errôneas, com grande potencial de estigmatização e inferiorização da mulher no mundo islâmico.

Fatema Mernissi trabalha com ideias controversas em relação à segregação de gênero por parte da aplicação da religião. Afirma que mesmo em um cenário com bases no machismo estrutural, diferentemente das sociedades ocidentais, o Islã está assentado na crença de que mulheres são, de certa forma, superiores por possuírem um poder pessoal, o que leva a serem consideradas perigosas, assim, necessitando que exista instrumentos que as contenham, visando a proteção dos homens. “Todas as instituições sexuais (poligamia, repúdio, segregação sexual, etc.) podem ser percebidas como uma estratégia para conter seu poder” (MERNISSI, 1987. p. 19). A disseminação das vestimentas em todos os continentes se intensificou e ficou bastante comum encontrar e identificar mulheres muçulmanas nos grandes centros urbanos. Durante uma conferência realizada em 1996, o antropólogo norte-americano Clifford Geertz afirmou que esta tendência ao uso das vestimentas representavam uma “reconfiguração religiosa da política do poder”, demarcado historicamente após a Queda do Muro de Berlim. Surgia, portanto, uma necessidade de destacar uma auto-imagem ou então uma auto-representação perante à sociedade (GEERTZ, 2001. p. 157).

¹⁰ Palavra árabe que significa narrativa. Um conjunto de leis e registros sobre a história de Maomé, conselhos e justificativas de suas ações, as quais são consideradas pelos muçulmanos um caminho ou exemplo moral a ser seguido.

Relativo à esta tendência, O historiador libanês Albert Hourani afirma que houve um movimento, inicialmente no final da década de 1970, nos países árabes, em que muitas mulheres passaram a cobrir os cabelos e o rosto, fazendo um ato de auto-segregação em suas vidas profissionais, acadêmicas e sociais em relação aos homens. ” Grande parte daquelas que optou pelo véu não vinha de famílias que praticavam a segregação de sexos, mas adotaram o costume como um ato de escolha deliberada, “resultante de uma certa visão do que deveria ser uma sociedade islâmica, e em certa medida influenciada pela revolução iraniana” (HOURANI, 1994. p. 439). O trabalho da pesquisadora egípcia Lila Abu-Lughod complementa este tema, ao desmembrar este movimento político e religioso, atribuindo um nome, o qual ela denomina de “Islamismo”. Abu-Lughod acredita que o uso do véu é baseado, neste cenário, em ideais de modéstia e nos ideais identitários da religião. Muito do uso do hijab se deu, não apenas por convicção religiosa, mas também por um discurso progressista, defendendo seu direito à liberdade individual de escolha. De acordo com o contexto histórico e a trajetória política do país sob o comando de Mohammad Reza Pahlavi, essa defesa às vestimentas tradicionais e a busca da inclusão da religião nos diferentes âmbitos da vida, serviram como bombas potentes para que a Revolução Islâmica fosse legitimada e, finalmente, tomasse o poder no Irã. Segundo Francirosy Ferreira (2013), antes deste período, na década de 1960, o feminismo, que ali emergia, não tratava de demandas referentes à vestimenta, pois não havia uma relevância na expressão de uma identidade. No entanto, com este movimento subsequente, o hijab ressurgiu, porém com uma insígnia de resistência e protagonismo deste grupo social.

A dinastia Pahlavi, mais precisamente, o segundo governo, de Mohammad Reza Pahlavi e sua trajetória modernizadora de ocidentalização do país deram origem a três vertentes do movimento feminista. Uma era formada pelas mulheres pertencentes à classe alta e lutava por uma liberdade absoluta e a extinção de preceitos moralizadores sobre o comportamento feminino. A segunda vertente era a favor de beneficiar-se da modernização, mas também era contra o distanciamento da tradição e da cultura iraniana. Se tratava de um grupo de mulheres com uma visão progressista e com críticas ao modo de produção capitalista, além de secularistas. Algumas muçulmanas estavam

incorporadas neste grupo no período pré-revolução. Já a terceira fazia parte de um partido chamado Tudeh, de oposição ao Shah e com base marxista-leninista. Acreditavam na opressão às mulheres oriunda do imperialismo Ocidental. De acordo com o contexto político em que viviam na década de 1970, os estudos islâmicos de teóricos e filósofos xiitas se tornaram comuns (MORETÃO, 2016, p. 57). Muitas mulheres seculares acreditavam no Islã, não como um viés religioso, mas como resistência política e como uma solução para o cenário de descontentamento em que se encontravam.

É bastante curiosa a forma com que as mulheres iranianas se colocaram frente à sua militância, pois presume-se que mulheres possuam liberdade democrática para selecionarem suas vestimentas e, durante toda a linha histórica do país, desde a antiga Pérsia ou então o Império Otomano, havia determinações sob seus trajes, sempre influenciando a forma como se mostravam ao mundo e perante à sociedade. Frente a isso, para se colocarem contra a monarquia, muitas mulheres engajadas deixaram suas roupas curtas e ocidentais de lado, dando espaço ao uso do xador¹¹ e do hijab. “O que no começo era uma expressão de protesto e solidariedade, se tornou uma nova forma de representação de suas identidades e um símbolo de demonstração de alianças.” (MORETÃO, 2016, p. 58). A imagem da mulher com vestes tradicionais deixou de ser um símbolo de conquista e vitória para a Revolução, para tornar-se um aparato político, o que reflete em mais um cenário, onde o poder feminino e a luta feminista foram apropriados por homens em uma sociedade estruturalmente patriarcal. Michel Foucault realizou visitas ao país em setembro e novembro de 1978 a trabalho para o Diário Corriere della Sera e em seus relatos mostra sua visão a respeito dos primórdios da condução da Revolução, a qual acreditava, inicialmente, estar de acordo com a modernidade ocidental, chamando o processo por uma “espiritualidade política”, assim como imaginava que forças seculares retomariam o poder. No entanto, o que encontrou foi a instauração, de fato, de um governo teocrático e rígido, o qual promovia perseguições políticas e limitava liberdades individuais.

¹¹ Veste feminina tradicional no Irã que cobre o corpo todo com a exceção do rosto, semelhante a uma capa ou manto, geralmente da cor preta.

O regime vigente teocrático, ao ser implementado, criou tensão entre as mulheres seculares, que desejavam retomar suas vidas e voltar a utilizar os trajes de antes da Revolução, pois passaram a ser vistas como defensoras do regime monárquico. O Irã se encontrava extremamente polarizado e este grupo descontente foi condicionado a uma imposição por parte da Shariah. Em contrapartida, as mulheres religiosas obtiveram vantagens e maior espaço, como por exemplo, podendo fazer parte da Guarda Revolucionária, mesmo sofrendo as mesmas imposições. “Ou você era a favor da República Islâmica ou a favor da Monarquia, não havia outra opção aos olhos dos revolucionários.” (MORETÃO, 2016, p. 58). Nos anos subsequentes, a insatisfação aumentou devido à rigidez do regime, ocasionando em uma busca de estratégias para a luta por direitos. Sendo assim, surgiu um movimento de oposição à realidade do país, criando estratégias para atravessar as fronteiras da legalidade, visando adquirir seus direitos como mulheres. Para isso, movimentos cotidianos eram necessários, como certas desobediências improvisadas. Segundo Mouritsen (2017), é importante que tanto as ativistas progressistas quanto as clássicas participem nessa luta, considerando que um radicalismo só atrapalharia no progresso da garantia de direitos por parte das iranianas. Esta medida certamente seria considerada ocidental, o que poderia culminar em um governo mais coercitivo e punitivo para esse grupo. Acredita nas lutas e mudanças graduais no cenário político em que estão compreendidas.



figura 7: Rita Panahi, colunista norte americana filha de pais iranianos, antes e após a Revolução Iraniana.
Fonte: El País.



Figura 8: Equipe feminina iraniana de volei em 1974 e em 2016, respectivamente. Fonte: El País.

Há uma simplificação por parte do ocidente a respeito das lutas feministas no Irã, porém há uma intensa historicidade na evolução das demandas e reivindicações. Esses debates emergiram e se firmaram com a evolução dos

estudos das ciências políticas e sociais, levando a uma conclusão da necessidade de uma paridade entre homens e mulheres. No final do século XVIII e início do XIX, discutia-se muito sobre igualdade de gênero e direitos civis femininos. A luta pelo sufrágio feminino estava em evidência, assim como a participação política das mulheres, era a principal pauta. Na década de 1960 as diferenças entre os gêneros já eram observadas e defendidas, acreditava-se que, por haver uma forte opressão de homens sobre mulheres, deveriam ir contra uma “supremacia” e uma priorização do sexo feminino, baseado na ideia de não discriminação e imposição de ambos. Deste modo, trabalhavam com uma perspectiva marxista das limitações que os homens impunham sobre as mulheres para conquistarem direitos e seu espaço na sociedade. Uma terceira onda do movimento surgiu na década de 1980, orientando para uma nova direção mais profunda, voltada às consequências causadas pelos processos sociais estruturais de opressão que ocasionaram e se decorreram em numerosas violações de direitos das mulheres, potencializadas após à Revolução, a qual teve um intenso cunho moralizador por parte dos homens detentores do poder no Irã.

Em todos os momentos de transformação do movimento feminista, as iranianas buscaram estratégias e planos de ação. O empoderamento feminino se tornou imprescindível para uma conscientização da necessidade de políticas igualitárias no âmbito público que as envolvessem e representassem, seja em instituições públicas ou privadas. Outra medida relevante para a evolução do movimento e para o fortalecimento das mulheres sobre um espaço social e político, se trata de um desenvolvimento através da cultura, da arte e da produção de conhecimento que seja um contraponto à cultura patriarcal calcada em uma replicação do senso comum. A forte repressão do governo marca a qualidade dos avanços do movimento, porém também ilustra a forte resistência por parte dessas mulheres em lutarem mesmo com poucos artifícios, em uma transformação realizada através das brechas e oportunidades dadas pelo cotidiano. Logo, são compostas de uma subjetividade radical, que se move com fortalecimento da comunicação entre os grupos.

A escritora e militante feminista estadunidense Kate Millet foi para o Teerã a convite do movimento feminista iraniano, no dia 7 de março de 1979, data

anterior à primeira comemoração realizada no país para o Dia Internacional das Mulheres. Sua atuação contra o regime do Shah era constante há alguns anos, portanto, sua presença naquele momento era simbólico para uma globalização das questões feministas no país. No mesmo dia, Khomeini declarou proibido o uso de maquiagens e a obrigatoriedade do uso do hijab. No dia 8, a manifestação ocorreu com o intuito de mostrarem que foram importantes para a transição do regime político, porém não participaram para que, naquele momento, fossem parte de um círculo de opressões com base nas interpretações religiosas. Nesse cenário, Kate Millet foi levada para uma sala trancada na sede da Imigração e foi um momento de forte tensão, pois sabia que homossexuais estavam sendo executados, porém conseguiu ser enviada para Paris. Toda sua trajetória de apoio às iranianas e de atuação no país foi escrita em seu livro *Going to Iran*, publicado em 1981. Já em Paris, ela e outras feministas organizaram um protesto em apoio às mulheres iranianas e durante o evento, Simone de Beauvoir se posicionou falando que “[o] novo regime será uma tirania se não levar em consideração os seus [das mulheres] desejos e não respeitar os seus [das mulheres] direitos”.¹²

Ao longo dos séculos, o feminismo vem surgindo nas sociedades de forma complexa, através de sua pluralidade durante todo o processo até constituir em um movimento social. Ele, por ser globalizado, comporta diferentes mulheres, culturas, costumes, estruturas, políticas, classes sociais e demandas, porém, todas com algo em comum: a sociedade patriarcal. Esta diversidade faz com que o movimento cumpra um papel de renovação e de produção teórica, frente a estudos extensos a respeito das diferentes realidades. Muitas mulheres, inicialmente, se sentiam desamparadas pelo feminismo e esse é o maior desafio ainda hoje, com todos os amplos debates acerca do assunto e de todas as produções teóricas. Logo, diversos tipos de feminismo existem ao redor do mundo, indo de acordo com a realidade social e com as necessidades locais. O cenário das mulheres do Oriente Médio, mais especificamente, das iranianas, remete bastante a um largo processo do ocidente para chegar a um nível eficaz de compreensão acerca de suas reais demandas e lutas no país. Para isso, foi

¹² Beauvoir apud Bonnet, *Mon MLF*.

muito relevante o avanço do estudo de gênero e do feminismo na academia, considerando que servem de instrumento para o desenvolvimento social nesse cenário antidemocrático.

Uma perspectiva feminista pós-colonial exige que se aprenda a ler representações literárias de mulheres levando em conta tanto o sujeito quanto o meio de representação. Pode-se dizer, com efeito, que quase todos os debates centrais ao feminismo pós-colonial estão preocupados com os diferentes modos de ler o gênero: no mundo, na palavra e no texto. Como esperado, a crítica feminista enfatiza a importância das questões de gênero na história, na política e na cultura. Inerentemente interdisciplinar, o feminismo examina os relacionamentos entre homens e mulheres e as consequências dos diferenciais de poder para a situação econômica, social e cultural das mulheres (e dos homens) em diferentes lugares e períodos da história. Perspectivas feministas têm sido centrais para os estudos pós-coloniais desde seu momento inicial, compartilhando muitas das preocupações gerais do pós-colonialismo, mas também revisando, questionando e complementando-as.¹³

O gênero feminino é alvo de diversas imposições e opressões, alterando a realidade das mulheres, removendo oportunidades igualitárias, assim como seus direitos básicos de decisões e de existência, o que torna a luta e os movimentos pelos direitos, um obstáculo para as políticas e os costumes patriarcais. Acredita-se que, em suma, no Irã como sendo um país com costumes e com uma política rígida, deve-se haver uma constante problematização acerca da forma como corpos femininos são tratados e relativizados, para que não exista nenhuma naturalização destas medidas. Este contexto leva às feministas a terem diversas formas de propagação e elaboração de ações e estratégias, em um âmbito de forte resistência ao regime.

A Revolução Iraniana é um exemplo do quanto essa estrutura patriarcal é difícil de ser combatida, mesmo com forte apelo e apoio de órgãos internacionais, também por conta das relações coloniais existentes até mesmo na atualidade. A persistência do desejo dos homens em manterem um papel tradicional entre os

¹³ BAHRI, Deepika. Feminismo e/no pós-colonialismo. Emory University. 2013.

gêneros é refletido na falta de consentimento para debates e convenções como a não ratificação da Convenção sobre a Eliminação de Formas de Discriminação Contra a Mulher (CEDAW) da ONU, entre outros debates no âmbito dos direitos humanos, devido a barreiras socioculturais. Isto causa uma forte redução na participação e no espaço democrático das mulheres no país.

As instabilidades e transformações reagem como um efeito rebote às leis regulatórias, o que marca uma resistência ao poder. Deste modo, violências institucionalizadas impostas apenas as fortalecem para que suas visões sobre si mesmas sejam resignificadas. A luta por igualdade e liberdade, direitos considerados básicos, é intensa por ressaltar que não se trata apenas de direitos, mas sim da forma dicotômica que é dada ao gênero feminino frente ao masculino. As bases religiosas, por serem consolidadas no governo, representam um desafio para o avanço da participação efetiva das mulheres na sociedade e no poder, fora sua legitimação como pessoa civil. Todavia, o movimento feminista iraniano tem ganhado visibilidade na mídia internacional, através dos avanços globais dos meios de comunicação, os quais tem sido um instrumento imprescindível para o movimento conseguir destaque como força de resistência e na garantia de apoio. Por fim, as mulheres muçulmanas constituem-se de uma força secular em meio a um histórico de muitas lutas e conquistas em um cenário tão inóspito para o gênero. O poder é tudo que anseiam para poderem existir de fato, para serem vistas, reconhecidas e serem pertencentes à sociedade, com liberdades e direitos igualitários, sem forças maiores que as condenem ou as oprimam por simplesmente terem nascido mulheres. A igualdade de oportunidades é tudo que desejam para si.

Conclusão

Ao longo do tempo, o movimento, que antes possuía um caráter conturbado, foi se transformando em um modelo de resistência, inspiração e experiência para outros movimentos dentro de regimes políticos religiosos rígidos. Isso se deu por toda a coragem, a visão de lutar cotidianamente em espaços pequenos de fala, além da criatividade para desenvolver estratégias em meio a uma sociedade que não as propicia lugar como seres civis propriamente ditos. Apesar das restrições e repressões sofridas, fora as divergências entre as

mulheres, elas permanecem em unidade lutando ativamente por seus direitos em comum, sendo assim, um fator positivo para a efetividade do movimento e para seu amadurecimento quanto ativistas.

A autora argelina Marnia Lazreg traz em seu texto “Decolonizando o Feminismo: Mulheres Argelinas em Questão” (2020), um debate interessante acerca da dicotomia entre o feminismo acadêmico americano contemporâneo e as feministas do Oriente Médio, onde defende que as primeiras tratam as mulheres islâmicas de uma forma, a qual não desejariam para si, por estabelecerem rótulos sem uma mediação e com forte juízo de valor. Acreditam que existe uma ruptura com a evolução histórica, por atribuir uma certa devoção às mulheres muçulmanas, o que não passa de uma identidade atribuída sem bases práticas para tal. A autora defende que essas falas reproduzem certos preconceitos, que causam desconforto às mulheres do Oriente, pois as reduzem a características marcantes, seja a cultura, vestimenta ou a religião.

Quando Michel Foucault diz que “o conhecimento não é feito para a compreensão; é feito para reduzir”, acaba por encaixar-se neste cenário, considerando que a existência de um conhecimento leva à sua redução sobre o contexto em que um indivíduo vive e às suas experiências individuais. Deste modo, a produção de conhecimento também, em muitos momentos, acaba por restringir-se a uma percepção, não refletindo de forma antropológica e global. Com base nisso, Lazreg permeia a discussão de gênero e de movimento feminista, atrelando a uma dinâmica de política global. Ela defende que a política de Estados centrais reflete em atitudes das feministas em relação às mulheres e feministas de Estados periféricos. Também afirma que o feminismo ocidental possui certa responsabilidade pela situação e pela forma que as mulheres do oriente são vistas e não incorporadas no movimento de acordo com sua realidade e suas demandas legitimadas.

Há uma tendência totalitária no mundo, a qual rege uma ideologia democrática de liberdade. Porém, a liberdade, em qualquer espaço, é dada de forma limitada, apenas regulando sua intensidade diante dos aparatos políticos. Estruturalmente, o modo de produção capitalista rege esses sistemas políticos, assim como a forma que a sociedade se estrutura historicamente e, deste modo, os movimentos surgem como atos de resistência e que visam romper com a

repressão da subjetividade das mulheres. No caso do Irã, esta repressão sempre se deu pela arbitrariedade do governo em imprimir um objetivo preponderantemente econômico e populista. Deste modo, as mulheres sempre foram instrumentos de políticas, com um propósito distante da conquista e garantia de direitos. Ou seja, tanto a Dinastia Pahlav quanto o Estado teocrático possuem como identidades únicas a permeabilidade ao sistema capitalista direta ou indiretamente e ao desenvolvimento do país com objetivos únicos de crescimento para tornar-se uma potência no Oriente Médio.

A repressão existente no Irã é estruturalmente histórica, dada a partir de costumes e da própria religião e, infelizmente, esta força sempre caiu sobre a classe das mulheres. O movimento feminista, portanto, é uma estrutura que, cada vez mais, se fortalece de muitas formas e, sobretudo, no cotidiano. Se trata de um movimento que busca romper algumas barreiras seculares, as quais determinam de todos os modos a vida humana no país e, com isso, as mulheres iranianas são símbolos de uma luta intensa e contínua por espaço e pela possibilidade de serem si mesmas, de existirem como mulheres de forma justa e igualitária. Acima de tudo, também lutam por sua legitimidade dentro dos demais movimentos feministas, em suma, o ocidental.

De fato, o Capitalismo possui uma força na perpetuação do machismo, não apenas no Irã, mas no planeta como um todo. A cultura patriarcal, por estar presente em grande parte dos países, torna um grande mercado as relações entre gêneros e suas determinações perante à sociedade, induzindo os papéis os quais devem ser atuados por mulheres e homens. Desta forma, as mulheres são encurraladas em atividades e costumes culturais atribuídos a si e no Irã não é diferente. Com isso, o movimento feminista se torna imprescindível para a luta das mulheres e para sua liberdade na sociedade. Essa mercantilização ideológica, infelizmente, está presente tanto no cotidiano, quanto na própria mídia, de modo a ser perpetuado mesmo que inconscientemente. Logo, a desconstrução por parte desses coletivos é essencial para que, ao longo do tempo, ocorra uma transformação contínua na forma do pensar e do agir não apenas pelas mulheres, mas também pelos homens.

Portanto, é possível concluir que a maioria esmagadora das sociedades são constituídas de bases patriarcais, as quais subjugam as mulheres e perpetuam comportamentos, os quais desencadeiam em uma relação desigual

de gênero. No entanto, se torna relativo e possui diversos formatos a partir do nível de democracia que um país possui e através da cultura e do regime político. No caso do Irã, ganha-se uma proporção exorbitante por ser um contraste à condição das mulheres ocidentais, mas da mesma forma, o feminismo do cotidiano se opõe a qualquer opressão praticada contra mulheres, assim, trabalhando a consciência histórica emancipadora tanto das mulheres como dos homens. Logo, ele existe em todo e qualquer país ou sociedade e possui um mesmo grau de necessidade de existência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AHMED, Leila. **Women and gender in Islam**. Historical roots of a modern debate. New Haven & London: Yale University Press. 1992.

ALCORÃO. Português. **Alcorão Sagrado**. Versão portuguesa diretamente do árabe por Samir El Hayek. São Paulo: FAMBRAS, 2016, 18ª Edição.

BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades: limites da Democracia no Brasil**. Editora Boitempo. São Paulo. 2018.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. São Paulo: Unesp, 2011.

_____. **Depois da teoria: um olhar sobre os estudos culturais e o pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ESPOSITO, John L. **What everyone needs to know about Islam**. New York, Oxford University Press, 2002

FERREIRA, F. C. B. Entre arabescos, luas e tâmaras: performances islâmicas em São Paulo. 2007. **Tese (Doutorado em Antropologia Social)**. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

FERREIRA, Francirosy Campos Barbosa. **Diálogos sobre o uso do véu (hijab): empoderamento, identidade e religiosidade**. Perspectivas, São Paulo, v. 43, p. 183-198, 2013.

GIL, Rafaela. **Movimentos Feministas e seu Protagonismo no Irã antes e após a Revolução Islâmica**. Brasília: Universidade de Brasília. 2019.

GONÇALVES, Marli. **Feminismo no cotidiano**. São Paulo: Contexto, 2019.

HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

LAZREG, Marnia: **Decolonizando o feminismo: mulheres argelinas em questão.** In: **HOLLANDA, Heloísa Buarque de. Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais.** Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

LYOTARD, Jean-François. **O pós-moderno.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

MERNISSI, Fatima. **Beyond the Veil. Male-Female Dynamics in Modern Muslim Society (Revised Edition).** Indianapolis: Indiana University Press, 1987.

MERNISSI, Fatima. **El Poder Olvidado: Las mujeres ante el Islam en cambio.** Espanha: Icaria Editorial. 2007.

MONTERO, Rosa. **Nós, mulheres: grandes vidas femininas.** São Paulo: Todavia, 2018.

MORETÃO, Amanda S. **Entre a Modernidade e a Tradição: Empoderamento feminino no Irã e na Turquia.** Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

MÜLLER, Luiza. SILVA, Alexandre Rocha da. **A Ressignificação dos corpos da história recente das mulheres iranianas: poder e resistência.** Contemporanea. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2018.

REILLY, Robert R. **A mentalidade muçulmana: as raízes da crise islâmica.** São Paulo: LVM editora 2020.

SANTO, Murillo; BALDASSO, Tiago: **A Revolução Iraniana: Rupturas e Continuidades na Política Externa do Irã.** Porto Alegre: Revista Perspectiva: Edição Revoluções, v. 10, n. 18, pp.70-85, mar/2017. Disponível em: Acesso em: 16/08/2020.

TEITELBAUM, Benjamin. **Guerra pela eternidade: o retorno do tradicionalismo e a ascensão da direita populista**. Campinas/SP: UNICAMP, 2020.

TIBURI, Marcia. **Feminismo em comum: para todas, todes e todos**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2020.

SITES CONSULTADOS

HIDALGO, Emílio Sánchez: **Retratos das mulheres antes e depois da revolução islâmica alimentam debate no Irã**. El País. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/01/02/internacional/1514893958_214929.html>. Acesso em: 28/08/2021.

SOMMA, Isabelle: **O Véu, a Identidade e o Discurso**. Instituto da Cultura Árabe. Disponível em: <<https://icarabe.org/artigos/o-veu-a-identidade-e-o-discurso>>. Acesso em: 25/08/2021.

The Photograph that launched a movement. Disponível em: <<https://www.mystealthyfreedom.org/our-story/>>. Acesso em: 25/08/2021.